



Junte-se a nós. Unidos somos mais fortes.

Pousada de Ilha Solteira Conheça. Desfrute.

Página 6

ÍNDICE

Palavra do Presidente
Página 2

Como o Associado pode
participar
Página 3

Conheça a Pioneira
Páginas 4

Pra seu passeio
Página 5

Historia da CPFL
Páginas 6 e 7

História da Cesp
Páginas 8 a 10

História da Eletropaulo
Páginas 12 e 13

Uma pequena tragédia
Páginas 14 e 15



Por que este Acervo

A AAFC decidiu criar e manter um acervo cultural para preservar a memória, a história e as vivências de seus associados, valorizando suas contribuições para a sociedade e fortalecendo sua identidade coletiva. Esse acervo funciona como um legado, promovendo o respeito à trajetória dos aposentados e oferecendo um espaço de aprendizado, diversão, reconhecimento e continuidade cultural. Além disso, ele estimula a integração social, o senso de pertencimento e o engajamento dos membros, ao mesmo tempo em que enriquece a comunidade com saberes acumulados ao longo de uma vida de experiências.

Um passado a ser preservado

- **Presidente Busico, como o senhor vê essa iniciativa de criar um Acervo da AAFC?**

- Eu acho que é uma forma de preservar a história das três empresas que, praticamente, criaram a Associação. E, preservando a história, estamos preservando o cidadão que participou dessa história. Então, eu acho que é fundamental, interessante e relevante esse trabalho que está sendo desenvolvido a respeito do Acervo.

- **E como Você acha que o Associado pode participar?**

- Nós temos aí vários e vários colegas, de várias áreas, que já se prontificaram a nos ajudar. Porque, na verdade, a Associação se chama Associação dos Aposentados da Fundação Cesp, porém, isso é uma coisa muito importante, ela deveria se chamar Associação dos Aposentados do Setor Elétrico Paulista.

Penso que ficaria mais apropriado porque cada um tem a sua história. Eu tenho a minha que começa na Light Canadense, Light Eletrobrás, Eletropaulo e Enel. São os nomes pelos quais passei dentro da empresa.

É importante essa amplitude que teremos para que esse Acervo seja constituído.

É a memória de cada um publicada aqui. Tenho certeza de que teremos boa aceitação. O nosso povo, de um modo geral, interessa em contar o passado. São histórias que, normalmente, começam assim: “Na minha época era assim, o trabalho era desenvolvido dessa maneira”. Todos têm o que contar. E são participações generosas, espontâneas. O trabalhador do setor elétrico é uma pessoa



Presidente Francisco Busico

diferenciada, especial.

- **E uma outra coisa, Presidente: nós sempre somos acusados de ser um povo sem memória. Nem sempre se dá a devida importância ao passado.**

- Sim. Afinal, o que acontece hoje, pode estar esquecido daqui a dez, vinte dias. E nós estamos trabalhando para preservar a memória de uma Associação que tem mais de 40 anos e até hoje não teve a preocupação de deixar registrado o que representa essa associação na vida desse pessoal. Você sabe que todos nós que trabalhamos no comando da Associação somos voluntários e trabalhamos com prazer. Então, a memória que está sendo preservada nesse Acervo é de suma importância para as futuras gerações.

Lá no futuro elas vão saber o que é jacaré, barrageiro, quem trabalha ou trabalhou na alta tensão, na baixa tenção. Enfim, a história da nossa Associação.

Veja como participar da formação do Acervo

Olá Amigo Associado! Aqui estão algumas regras importantes para a criação do acervo da nossa AAFC, com foco na emissão de materiais digitais:

Tipo de material permitido: Os associados podem enviar fotos, vídeos, documentos, textos, áudios e outros materiais digitais que tenham relevância histórica, cultural ou emocional para a nossa associação de aposentados.

Formato e tamanho: Os arquivos devem estar em formatos comuns e acessíveis, como JPEG, PNG, MP4, MP3, PDF, DOCX, entre outros. O tamanho máximo de cada arquivo será de 50MB para garantir uma fácil hospedagem e acesso.

Direitos autorais: Todo material enviado deve ser de autoria do próprio associado ou possuir autorização para uso. É importante garantir que os direitos autorais sejam respeitados, evitando o envio de conteúdos protegidos por terceiros sem permissão.

Descrição e identificação: Cada material enviado deve ser acompanhado de expresso consentimento para divulgação, uma breve descrição, incluindo o nome do autor, data de criação, contexto ou história relacionada, e qualquer outra informação relevante.

Envio e armazenamento: Os materiais deverão ser enviados por meio de um formulário digital disponibilizado pela associação. Após o envio, os arquivos serão armazenados em um repositório digital seguro, acessível aos associados para consulta e apreciação.

Uso do material: Os materiais enviados poderão ser utilizados pela associação para fins de divulgação, exposições virtuais, eventos ou publicações internas, sempre respeitando os direitos do autor e a privacidade dos envolvidos.

Responsabilidade: Os associados são responsáveis pelo conteúdo enviado, garantindo que não haja violação de direitos de terceiros ou conteúdo inadequado. Seguindo essas regras, podemos construir um acervo digital rico, acessível e que valorize a história e a cultura dos nossos aposentados. Obrigado pela sua colaboração e participação!

EXPEDIENTE DO ACERVO

Donato Robortella

Coordenador

Flávio Adauto

Conselheiro

Ricardo Pinheiro

Departamento Jurídico

Mário Marinho

Jornalista



Monjolinhos, a pioneira.

A primeira usina hidrelétrica do Estado de São Paulo, que foi também a segunda do Brasil e da América do Sul, foi a Usina Hidrelétrica de Mojolinho, que entrou em operação em julho de 1893 e continua ativa até hoje.

Esteve desativada por sete anos, retornou com capacidade de 600 kW e gerenciada pela Companhia Paulista de Força e Luz.

Está localizada na Fazenda Cascatinha, km 7 da estrada municipal que liga São Carlos à Usina Açucareira da Serra, com início no km 228 da SP-310, município de São Carlos.

A Usina Monjolinho foi inaugurada no dia 2 de junho

de 1893, tornando-se a primeira hidrelétrica do estado de São Paulo e a segunda do Brasil e do hemisfério sul, atrás apenas da Usina de Marmelos, na cidade de Juiz de Fora-MG, inaugurada em 1889. Foi construída pela Companhia de Luz Elétrica de São Carlos para suprir a demanda da população local da época, passando assim por algumas expansões e reformas durante os anos para acompanhar o crescimento da cidade. Em 1973, a Usina Monjolinho passou a ser controlada pela Companhia Paulista de Força e Luz responsável pela reforma total da hidrelétrica, em 2002.

Para o seu passeio

A AAFC mantém para uso e desfrute de seus associados a Pousada Engenheiro Walter Merlo, em Ilha Solteira.

É uma boa oportunidade para que o associado possa conhecer Ilha Solteira com suas belas paisagens.

Ilha Solteira é um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual.

Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais. Assim, a cidade dispõe de hotéis, pousadas e casas de veraneio para aluguel, oferecendo também boas opções de restaurantes que servem pratos típicos da região

Principais atrações

Represa de Ilha Solteira
Parque Ecológico de Ilha Solteira

Praia de Ilha Solteira

Museu Histórico de Ilha Solteira

Mirante da Represa

Pesca no Rio Paraná

Trilha do Morro do Macaco

Eventos Culturais e Festivais



Pousada Eng° Jose Walter Merlo
Avenida Dr. Itamar Gouveia, 3315
Recanto das Águas
Ilha Solteira / SP
Tel: (18) 3742-4464 / 3742-1164

A centenária CPFL



Usina de Gavião Peixoto construída em 1911

Colaboração de Douglas Aparecido Guzzo

Falar sobre a CPFL e datar seus acontecimentos é um desafio para alguém aposentado desde 1991. No entanto, posso registrar episódios pouco conhecidos que foram essenciais para transformar seu sistema elétrico em um polo de controle operativo.

A estrutura de um Centro de Operação moderno depende fortemente da tecnologia. O operador segue comandos automatizados, especialmente em um cenário como o brasileiro, onde o consumo de energia gira em torno de 203,8 gigawatts. Dentro da área de concessão da CPFL, a empresa surgiu como distribuidora no interior do Estado, abrangendo 110.000 km² e 234 municípios. A região de Ribeirão Preto era considerada a nossa Califórnia brasileira. Ao longo dos anos, a CPFL

passou por diversas mudanças e se consolidou na distribuição de eletricidade. Em 1964, foi adquirida pela Holding Federal Eletrobras e, entre 1962 e 1975, seu controle foi transferido para a CESP. Em 1975, a concessão passou para a CESP, ficando a Usina Mascarenhas de Moraes (Peixoto) sob responsabilidade da Eletrobras.

A modernização no controle de carga e frequência foi crucial. Inicialmente, a CPFL participava de um rateio energético, mas gradualmente integrou-se ao sistema operacional, com ajustes manuais para balancear a demanda. Essa expansão foi lenta, pois a empresa abastecia diversos canteiros de obras.

Com a inauguração das usinas da CESP no Rio Pardo, a CPFL absorveu essa geração, já que não havia mercado consumidor suficiente. A empresa também forneceu energia para parte da antiga Light, especialmente nas

Empresas originárias



Em pé: Aparício, Waldir, Sarinho, Santino, Wagner, Waldir Teixeira, Rosiclerk, Límoli, Cesare Manfredi (ex presidente CPFL), Schneider e Dario. Agachados: Sandor Hauzer, José Nogueira, Orlando Alvarez, Isaias Correa, Hideke, Ivan, Douglas Guzzo, Marcos, Jadir, José Sergio e Toy Shigame.

regiões de Campinas e Jundiaí, por meio de uma linha de 88 kV. Para garantir eficiência no fornecimento, a CPFL estruturou centros de controle estratégicos em Bauru, Rio Preto, Araraquara, Ribeirão Preto e Campinas. Devido à complexidade do sistema, grandes subestações e usinas exigiam operadores 24 horas por dia.

O Despacho de Carga da CPFL, sediado em Araraquara, tornou-se um dos principais centros de controle de carga e frequência, contando com usinas flexíveis que ofereciam apoio dinâmico. Antes das tecnologias avançadas, o setor elétrico dependia exclusivamente da ação humana, com operadores atentos a painéis de instrumentos e rádios para tomar decisões e manter a estabilidade da rede.

Durante apagões, a estratégia exigia interrupções programadas para evitar sobrecarga. Os operadores monitoravam variações de tensão e realizavam ajustes em tempo real, enfrentando desafios diante da

ausência de automação.

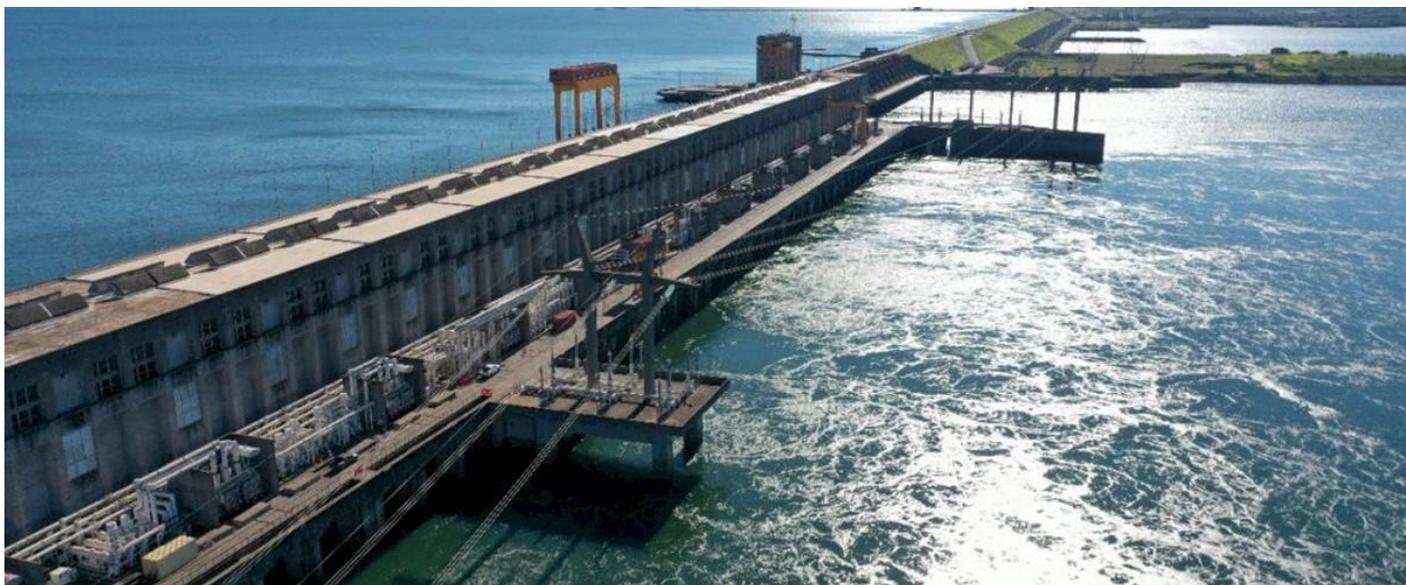
Com as novas usinas da CESP (CHERP, USELPA e CELUSA), a CPFL teve o desafio de integrá-las à sua rede e ampliar a transmissão de energia para milhões de consumidores em áreas estratégicas.

A expansão começou com a ampliação da Usina de Peixoto, direcionando energia para a CEMIG e para a própria área de concessão, exigindo adaptações no controle operacional para garantir estabilidade no fornecimento.

Por anos, a CPFL coordenou as vazões dos rios em conjunto com outras empresas, ajustando o fluxo para um melhor aproveitamento energético

Douglas Aparecido Guzzo, economista e administrador, cursou a Escola Superior de Guerra. Maçom grau 33 “Provecto”, ocupou cargos na CPFL; presidiu a Fundação “Vivest” e o Conselho; a AAFC e o Conselho. Foi secretário de planejamento da P.M.A em 1992 e desde 1996, atua no Hospital São Francisco de Americana, onde foi provedor e, desde 2017, presidente.

Há 59 anos, nascia a CESP



Colaboração de José Milton Dallari Soares Presidente do Conselho Deliberativo da AAFC

História – Companhias Elétricas de São Paulo

Formação

Desde a década de 40, o setor elétrico do estado de São Paulo era servido por empresas privadas, como a Light a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e várias pequenas distribuidoras municipais e privadas espalhadas pelo Estado de São Paulo, atendendo grupos regionais de municípios, entre elas, Empresas Caiuá, Santa Cruz, Hidroelétrica de Bragança Paulista, Empresa Vale do Paranapanema, e, outras. No entanto, o setor privado não estava conseguindo atender à crescente demanda por energia, resultante do desenvolvimento industrial do Estado. As dificuldades de abastecimento elétrico e de investimentos, bem como o esgotamento dos potenciais hidrelétricos de pequenas centrais hidroelétricas e de investimento em geração da Light/ENEL,

demandaram a necessidade da intervenção do Estado de forma a garantir a continuidade do serviço, vital para o desenvolvimento industrial e econômico do Estado de São Paulo.

Em 1948, foi criado o Conselho Estadual de Energia Elétrica.

A Lei nº 1.350 de 12 de dezembro de 1951 criou o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), com a responsabilidade de organizar o setor elétrico e o setor de captação e abastecimento de águas do Estado de São Paulo.

Em 1952, foi desenvolvido o Plano Básico de Eletrificação do Estado, que deu origem às primeiras usinas e empresas do Governo Estadual (USELPA – Us – Salto Grande e CHERP – Usinas Euclides da Cunha e Limoeiro). As empresas eram de capital misto, com participação público e privado.

1- Criação da CESP – Centrais Elétricas de São Paulo S/A

A CESP foi inicialmente constituída pelo governo de São Paulo, em 5 de dezembro de 1966, pela fusão de onze empresas de energia elétrica que atuavam isoladamente. A fim de centralizar o planejamento e

Empresas originárias

racionalização dos recursos do Estado de São Paulo para o setor energético, é que foi criada as Centrais Elétricas do Estado de São Paulo (CESP), empresa que concentraria as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.

As onze empresas fusionadas, das quais cinco eram empresas de economia mista com participação majoritária do governo estadual, eram:

- *Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa),*
- *Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (Cherp), que detinha o controle acionário de:*
 - *Central Elétrica de Rio Claro (Sacerc) e de suas associadas;*
 - *Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu;*
 - *Companhia Luz e Força de Jacutinga e*
 - *Empresa Luz e Força de Mogi Mirim*
- *Centrais Elétricas de Urubupungá (Celusa),*
- *Bandeirante de Eletricidade (Belsa), que controlava:*
 - *Companhia Luz e Força de Tatuí e*
 - *Empresa Luz e Força Elétrica*

de Tietê

- *Companhia Melhoramentos de Paraibuna (Comepa).*

Em 1975, a CPFL teve o controle acionário repassado à CESP. Em 1984, o controle acionário da Comgás passa para a CESP. A CESP chegou a ter uma participação de quase 30% na capacidade instalada de geração no País. No fim da década de 1980, o parque gerador da CESP era o maior do país, com uma soma de potencial instalado de 8.649.080 kW.

A CESP, a partir de sua criação, passou a ser a maior empresa brasileira de geração de energia elétrica.

2- Primeira Alteração

Em 27 de outubro de 1977, a razão social da CESP foi alterada para Companhia Energética de São Paulo. Com isso, procurava-se ampliar a atuação da empresa, abrindo espaço para o desenvolvimento de outras formas de energia que não somente a hidrelétrica. Assim teve início o estudo de fontes alternativas de energia, como o hidrogênio e o metanol. Passou, então, a ser uma



Empresas originárias - CESP

empresa reconhecida mundialmente em função de sua tecnologia desenvolvida nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os trabalhos desenvolvidos na área de meio ambiente e hidrovias foram pioneiros no setor elétrico brasileiro, e serviram de referência ao setor elétrico no Brasil.

3- Privatização

O Governo do Estado de São Paulo promoveu, a partir de 1996, o processo de privatização de seu setor energético com a lei estadual número 9.361/96 e a coordenação pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (PED), onde a CESP teve seus ativos divididos, reorganizados, e distribuídos entre outras empresas, para a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

Em 5 de novembro de 1997, foram vendidas 60,7 % das ações ordinárias da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), controlada pela CESP desde 1975.

Em 1 de junho de 1998 foi criada a Elektro - Eletricidade e Serviços, subsidiária da CESP. Reunia a distribuição de energia elétrica, para um milhão de clientes distribuídos por duzentos e vinte oito municípios nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Sua privatização ocorreu em 16 de julho de 1998, com a venda de 90% das ações ordinárias em leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Em abril de 1999, a CESP passou por uma cisão parcial. Foram criadas duas empresas de geração e uma de transmissão de energia elétrica. A empresa de transmissão, chamada de Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, permaneceu sob controle do governo até junho de 2006, quando foi vendida por R\$ 1,193 bilhão para o grupo ISA (Interconexión Eléctrica S/A Esp), da Colômbia, com um ágio de 57,89% sobre o preço mínimo de

R\$ 755,6 milhões. Duas empresas de geração foram privatizadas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, cujo leilão na Bovespa ocorreu em 28 de julho de 1999, e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, privatizada em 27 de outubro de 1999. A CESP continuou com o controle das demais usinas hidrelétricas.

No dia 19 de outubro de 2018, após quatro tentativas frustradas de privatização, o Consórcio São Paulo Energia, formado entre as empresas Votorantim Energia e o Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), arrematou o controle acionário do governo paulista na CESP, pelo valor de R\$ 1,7 bilhão. Adicionalmente, o consórcio garantiu o pagamento de R\$ 1,397 bilhão de outorga pela renovação antecipada da concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), por 30 anos, até 2048. O atual contrato de concessão com o governo federal vence em 2028.

Em 28 de março de 2022, a CESP foi incorporada pela VTRM Energia, joint venture da Votorantim Energia e do CPPIB, e a nova empresa resultante da fusão passou a se chamar Auren Energia.





***Associação dos
Aposentados da
Fundação CESP.
Unidos somos
mais fortes.
Junte-se a nós.***

***ACERVO - Sugestões críticas, envio de
material: mario.marinho@aafc.org.br***

A Eletropaulo



Colaboração de Donato Antônio Robortella

No fim do século XIX, em São Paulo havia uma busca intensa para espaço pela energia elétrica em geral e especialmente no campo da iluminação pública. Nesta ocasião, em 1886 foi criada a Empresa Paulista de Eletricidade que face aos investimentos vultosos necessários foi absorvida pela Cia Água e Luz de São Paulo. Em 1899 um grupo de capitalistas de Toronto no Canadá adquiriu licença para explorar o serviço de viação por eletricidade na Cidade de São Paulo e fundaram a The São Paulo Railway, Light & Power Co. Ltd., obtendo: a) Concessão por 40 anos para a construção, uso e gozo de linha de bondes por eletricidade na cidade de São Paulo e subúrbios; b) a concessão para a construção, uso e gozo de linhas para produção e distribuição de eletricidade para iluminação, força motora e outros misteres da indústria e comércio; c) a concessão para o assentamento de postes e fios de transmissão da potência hidráulica das cachoeiras do rio Tiete, no município de Parnaíba, até a capital e subúrbios. Houve muitas dificuldades técnicas e administrativas para as primeiras obras de implantação até que em 1901 a Light incorporou a Cia de Água e Luz e a Cia de Gás.

Enquanto iniciava as obras da usina de Parnaíba, em 06/06/1900, para viabilizar a inauguração das linhas de bondes elétricos foi construída uma usina provisória a vapor e a primeira linha de bonde elétrico em São Paulo foi inaugurada em 7/05/1900 que ia do largo São Bento a Alameda Barão de Limeira.

A Usina de Parnaíba foi inaugurada em sua 1ª fase em setembro de 1901 e totalmente concluída em 1912. Com o aumento da capacidade da Usina e conseqüente aumento do consumo de água a Light foi obrigada a regularizar a vazão do Rio Tiete e para tanto construiu a represa de Guarapiranga, e que posteriormente teve uma nova aplicação como fornecedora de água para a usina de Cubatão.

Para poder atender o crescente consumo de energia elétrica na cidade, bem como problemas com períodos de estiagem, a empresa teve de construir diversas obras tais como a Usina de Vapor de Paula Souza, a Usina Hidrelétrica de Itupararanga em Sorocaba, Usina de Rasgão, Usina de São Sebastião e Caraguatatuba, adquirindo novas empresas regionais ampliando a sua área de concessão. Além disto, face ao rápido crescimento da cidade que começava a dar sinais da industrialização, precisou identificar novas possibilidades de aproveitamento hidroelétrico no Estado de São Paulo. Um destes foi o projeto da serra do mar que aproveitando rios da vertente

Empresas originárias

marítima com barragens de pequena altura construídas a pouca distância da cumeada da serra.

Este projeto foi fruto da criatividade e excelência técnica do Eng^o

Asa White Kenng Billings, norte americano nascido em 1876, e que chegou ao Brasil em 1922 como engenheiro da Light. Obcecado pela ideia de criar uma maneira de gerar energia de forma eficiente, aproveitando a geografia da cidade, com a queda abrupta de 700 metros da Serra do Mar. Todavia para poder viabilizar a ideia era necessário vencer a topografia da cidade que fazia com que os rios que nasciam próximos a Serra do Mar, como o Tiete e Pinheiros corriam em direção ao centro do estado.

A criatividade do Eng^o Billings foi reverter o curso do Rio Pinheiros, através de estações elevatórias, formando uma represa e o reservatório do Rio Grande. Daí as águas seriam conduzidas às turbinas através de tubulações que desceriam a serra.

Em 1927 tiveram início as obras da Usina Hidrelétrica de Cubatão, a barragem do Rio Grande (que depois foi expandida, e ganhou o nome de Represa Billings, e o deslocamento de estradas que passavam por áreas que seriam submersas).

As obras de retificação do canal do rio Pinheiros e as estações elevatórias, que também resolveram problemas de enchentes na cidade, sofreram atrasos devido a diversos fatores inclusive devido a Revolução de 1932, foram concluídas em 1944.

Posteriormente houve acréscimos a capacidade de geração de energia inclusive com a construção de uma segunda usina subterrânea escavada na rocha ao lado da Usina de Cubatão totalizando 800 mil quilowatts.

Estas obras propiciaram o desenvolvimento industrial do parque paulista, em períodos de grandes transformações políticas e sociais verificadas no Brasil, nas revoluções que o agitaram, como no resto do mundo, na guerra de 1939/1945.

A Light em sua história sempre investiu

na ampliação de sua capacidade de geração e distribuição de energia elétrica, adquirindo outras empresas no estado, principalmente no Vale do Paraíba, Sorocaba e ABC entre outros, até o limite da possibilidade de geração de energia. Construiu ainda a Usina Térmica de Piratininga. O serviço de transporte de bondes elétricos pela Light teve a sua concessão vencida em 1941 e foi transferido para a empresa municipal CMTC em 1947. O serviço foi desativado na cidade em 1968.

Em 1979 o governo federal próximo ao vencimento de concessões comprou a LIGHT Rio e São Paulo. Em 1981 o governo de São Paulo adquiriu os ativos da LIGHT Paulista e foi criada a Eletropaulo. O sistema Eletropaulo representava 25% da demanda de energia distribuída no país, abrangendo cerca de 600 municípios com aproximadamente 7.000.000 de consumidores.

Em 31/12/1997 a Eletropaulo foi dividida em 4 empresas:

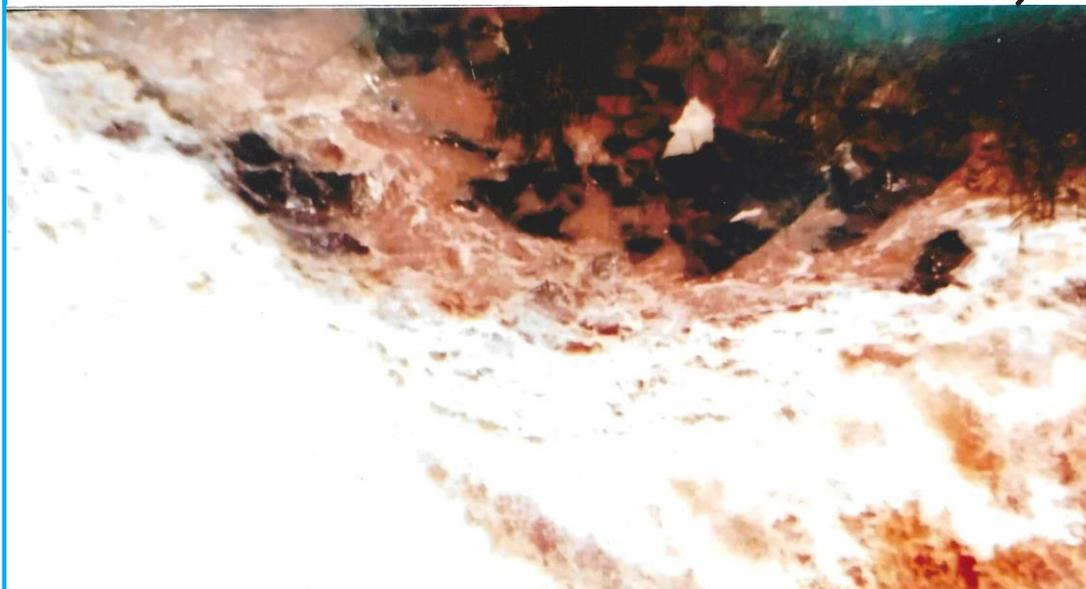
- *Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S/A*
- *Empresa Bandeirante de Energia S/A*
- *Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A – EMAE*
- *Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica – EPTE*

Com exceção da EMAE todas as empresas foram privatizadas.

A Eletropaulo Metropolitana em 2018 foi comprada pela empresa italiana ENEL Distribuição São Paulo.

Donato Antonio Robortella, engenheiro mecânico e civil, aposentou-se na Eletropaulo como Superintendente das Oficinas Gerais, perito judicial, foi Diretor Administrativo e Financeiro da Meridional Adm. Recursos em Saúde e conselheiro da AAFC e, ocupa desde 2020 o cargo de Vice-Presidente da AAFC.

Enchente na Usina de Tatu, 1983.



A força da água era incrivelmente avassaladora. Tomou conta de todas as instalações da Usina, inclusive a Casa de Máquinas.

Colaboração do associado Antônio Carlos P. Ferrari

As fotos são referentes à ocorrência na usina Tatu, no dia 01 de fevereiro de 1983, por volta das 23,30 horas. Nesse dia, se deu a grande enchente no rio Tatu, em Limeira.

A barragem da usina não suportou o volume de água, ocasionando o seu rompimento.

A tentativa de vedar as janelas da Casa de Máquina da usina com sacos de areia vindos da Usina Limoeiro da Gerência Regional de Operações do Pardo, foi em vão devido à força e elevação do nível das águas

no interior da Usina. Funcionários que participaram da ocorrência: Antônio José Padim Ferrari, encarregado das subestações do Setor Anhanguera: José Luiz Breda, técnico de manutenção de subestações; José Eustáquio, técnico de manutenção de subestações. O nível da água já passava de 1,40 metro. A chuva continuava com grande precipitação. Não foi mais possível impedir a invasão das águas no interior da casa de máquinas. Ficamos no local até às 11 horas do dia 02-02-1983. Uma recordação que não foi registrada na história.

Pequena tragédia

